



O povo brasileiro e a questão do negro e do indígena

Analisar a formação da identidade brasileira, sua estrutura social e como isso marca a construção de nossa sociedade.

Prof.ª Renata Luzia Feital de Oliveira

Propósito

Entender as características da sociedade brasileira, bem como suas potencialidades e demandas, é fundamental para o desenvolvimento de profissionais de áreas diversas, pois esse conhecimento possibilita que desempenhem seus papéis de forma responsável e engajada.

Objetivos

- Identificar aspectos da construção da identidade brasileira.
- Reconhecer as características étnicas da população brasileira.
- Distinguir criticamente as relações étnico-raciais no Brasil.

Introdução

Estudar o povo brasileiro e a construção de suas identidades envolve reconhecer a diversidade interna, as relações de poder e as influências da globalização e do mundo atual. Essa perspectiva mais ampla nos permite compreender as múltiplas formas de pertencimento e os diferentes contextos sociais, culturais e políticos que moldam as identidades dentro da sociedade brasileira.

Esse assunto aparece na vida profissional de muitas formas. Por exemplo, quando precisamos lidar com pessoas e histórias diferentes, em entrevistas que ressaltam o valor de sua formação cultural e em avaliações de concursos e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), em que esse debate faz parte do conteúdo de formação geral.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

A formação da identidade brasileira

O povo brasileiro e a questão dos negros e dos indígenas

Assista, neste vídeo, ao professor Rodrigo Rainha mostra que a identidade nacional brasileira tem forte marco no século XIX.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Quantas vezes ouvimos alguém dizer: “O povo brasileiro é muito simpático, sempre alegre, disposto a ajudar”; “Cordial e festeiro como ninguém, ele adora praia, futebol e samba”; “No Brasil, preconceito não há! Todos os povos convivem muito bem, é uma comunhão de cores e classes sociais”. Ou ainda: “Terra escolhida por Deus, aqui não há desastres naturais e todo mundo convive bem e feliz”.



Diferentes pessoas ilustrando um exemplo de diversidade étnica

Mas será essa a realidade brasileira? Talvez geograficamente estejamos livres de alguns acidentes naturais comuns em outros países, mas as características citadas anteriormente não retratam nossa identidade nacional. Vale salientar que tais características fazem parte de uma **construção social reducionista** a respeito da identidade brasileira.

O conceito de identidade nacional é recorrente em concursos e avaliações nacionais. Acompanhe algumas dicas!

Identidade brasileira

O reconhecimento da diversidade interna, seja em espaços pequenos ou grandes, mas sabendo que existem elos que nos unem.



Poder

As identidades são marcadas por poderes e privilégios em vários graus e espaços do Brasil



Pertencimento

Uma chave para entender identidade é perceber que o sujeito, a pessoa, sente-se pertencente a um ou mais grupos em algum grau.



Confira uma questão!

(Instituto AOCP – Betim – 2020)

A sociedade brasileira é formada pelo encontro de diferentes culturas. A partir das discussões sobre a formação da cultura e identidade nacional, assinale a alternativa correta.

A. A sociologia defende a ideia de que a discriminação é natural na sociedade, pois cada um dos indivíduos tem o direito de gostar ou não de outra pessoa.

B. O relativismo cultural é uma postura analítica que considera os mitos e as narrativas folclóricas como elementos culturais subdesenvolvidos e primitivos.

C. A sociologia afirma que os “índios de verdade” não utilizam roupas, nem tecnologias ocidentais. Nessa perspectiva, ao adotar os padrões civilizados de comportamentos, eles perdem sua condição de indígena e direito às terras florestais.

D. No Brasil, o encontro entre as religiosidades dos povos africanos, indígenas e brancos europeus não alterou as características nativas desses povos. Por isso, não é possível afirmar a existência de um sincretismo religioso.

E. Mesmo condenado pela legislação em vigor, o preconceito racial ainda é perpetuado na sociedade brasileira devido a mecanismos sociais/simbólicos que produzem e reproduzem as desigualdades de dentro da sociedade.

E aí, sabe a resposta? Note que a sociologia, o famoso estudo da sociedade, não faria certas afirmações como as apresentadas em algumas alternativas — pelo menos, não atualmente.

Existir não significa que isso seja necessariamente algo natural. Relativismo cultural significa observar a cultura do outro a partir de suas regras e percepções. Mas lembre-se de que o relativismo apresenta exceções importantes.

No Brasil, a mistura de culturas é algo sempre a ser estudado e que continuamente modifica as relações sociais. Cultura não é algo parado, ela está sempre em movimento!

O povo brasileiro e o conceito de cultura

Neste vídeo, vamos entender como se desenvolveu a formação do povo brasileiro, além da conceituação de cultura nacional.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Povos indígenas

Confira, neste vídeo, como a invasão dos portugueses impactou a vida e a cultura de povos originários e como eles passaram a ser enxergados.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Os mitos pululam a narrativa histórica brasileira desde os tempos de Ilha de Vera Cruz. Até Pedro Álvares Cabral pressupunha que carregava consigo as lascas da cruz em que Cristo foi crucificado. É possível, a partir

daí, imaginar que os primeiros contatos com os nativos brasileiros serviram para contribuir com a construção do mito da democracia racial.

A imagem de um povo – índio – e de uma cultura foi uma forma de reduzir sociedades diversas e complexas, com suas tecnologias e formas próprias de desenvolvimento que aqui viviam. Os grupos locais se estabeleceram em todo o território e o predomínio do tronco tupi-guarani no litoral indica uma forma de expansionismo.



Dança dos Tapuias. Albert Eckhout, s.d.

Os indígenas foram subjugados desde então e passaram a ser entendidos como incapazes para o trabalho. Mais do que isto, eles ganharam a alcunha de preguiçosos pela forma como se relacionavam com a labuta. Para conhecer melhor como se deu este processo é preciso entendê-lo antes mesmo da chegada dos portugueses ao Brasil:

Relação com a natureza

Os indígenas viviam em tribos, cada uma com sua organização social, crenças, costumes e tradições. Independentemente das diferenças entre eles, os nativos brasileiros mantinham uma relação muito íntima com a natureza. Tudo que lhes serviam para a sobrevivência era extraído dela.



Incompreensão do comércio

Não havia, portanto, nenhum tipo de comercialização, mais do que isto, todas as atividades desenvolvidas nas aldeias estavam diretamente relacionadas à manutenção da vida. O que explica, inclusive, a falta de compreensão sobre as relações baseadas em produção, comercialização e consumo.

A mudança aconteceu com a chegada dos portugueses. Enganam-se aqueles que, ludibriados por contos populares, acreditam em uma relação amistosa entre eles, conduzida pela troca de espelhos por riquezas. Houve luta durante o processo de colonização e muitas comunidades foram extintas tanto pela luta armada quanto pelo contágio de doenças trazidas pelos europeus.

Os indígenas foram escravizados e seguiram assim até o decreto de libertação assinado por Marquês de Pombal em 1757.



Retrato do Marquês de Pombal. Anônimo s.d

Durante este período, os nativos brasileiros precisaram abandonar muitos de seus hábitos e, por conta dessas mudanças, trouxeram para a própria cultura novos costumes. A religiosidade de acordo com a visão do colonizador, por exemplo, passou a fazer parte da

vida indígena. Desde então, consequência de um doloroso processo de colonização, os povos indígenas sofrem com a falta de reconhecimento dos próprios direitos.



Atenção

Sempre que houver a tentativa de olhar os grupos locais sobre o olhar dos outros, não seremos capazes de compreender sua diversidade e importância. São grupos diversos, com culturas e formas de interpretar o mundo diferentes, que não pararam no tempo e nem por isso deixam de ser menos importantes ou necessários.

Até hoje entendido como primitivo e exótico, o indígena é visto pela sociedade de forma estereotipada, nu, corpo pintado, cocar na cabeça e “não civilizado”. Pior ainda do que esta visão retrógrada é a dificuldade em aceitá-lo como indivíduo social. Grande parte da população não entende que o indígena pode manter viva sua cultura ao mesmo tempo em que vive em sociedade, uma questão não invalida a outra.



Cacique Raoni Metuktire, líder do povo indígena Kayapó, Rio de Janeiro, 2012, Brasil

Fala, mestre!

O vídeo aborda o avanço, embora insuficiente, na visibilidade e posicionamento do negro na sociedade brasileira. Assista agora!



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Povos de origem europeia

Veja, neste vídeo, alguns dos grupos europeus e imigrantes que chegaram ao Brasil ao longo do tempo.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Os portugueses orientaram parte da nossa sociedade e cultura no início de um tempo em que a denominação brasileiro ainda nem podia ser considerada referência de quem aqui vivia. Muito se discute sobre como os

portugueses chegaram ao território que hoje entendemos como Brasil. Alguns ainda tratam como um desvio de rota, outros entendem que Duarte Pacheco, que havia participado de uma expedição secreta a essas terras e era integrante da esquadra de Cabral, tinha levado informações sobre esta porção de mundo aos portugueses que, a partir dali, iniciaram uma empresa de reconhecimento e posse do território que lhe cabia como afirmava o acordo firmado no Tratado de Tordesilhas.

Muito se discute a respeito do termo correto a ser utilizado sobre a chegada dos portugueses às terras brasileiras. Há algum tempo trabalhávamos com a ideia de descobrimento, mas hoje já podemos entender que não é possível descobrir algo que já está habitado, não é mesmo? Centenas de grupos indígenas viviam neste território, com sua organização social, costumes, hierarquias e tradições antes da chegada dos portugueses e, para respeitarmos essa herança que também faz parte da formação cultural brasileira é preciso reconhecer que a chegada portuguesa se tratou de um processo de conquista de território, onde lutas foram travadas e que resultou na dominação do mais fraco pelo mais desenvolvido tecnologicamente. Dessa forma, estamos lidando com uma invasão e conquista portuguesa.

Inicialmente, o contato dos portugueses com o Brasil limitava-se a expedições para coletas de pau-brasil, expedição sobre o nosso território, além do tráfico de nativos para a corte portuguesa. Até 1530, foram muitas as tentativas de invasão em nosso território e, por isso, o Rei D. João III designava militares para que vigiassem toda a costa.

A colonização propriamente dita começa a partir de 1534, quando o território brasileiro é dividido em capitanias hereditárias doadas a donatários que poderiam explorar e proteger o espaço, além de iniciar o plantio da cana-de-açúcar.

Com a descoberta por parte dos bandeirantes, no século XVII, de ouro e diamantes, o Brasil é ampliado e povoado. As primeiras minas de ouro foram descobertas nas regiões dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. E haja organização para a extração das nossas riquezas.

Todavia, foi muito tempo depois, em 1808, com a chegada da família real, que as nossas cidades ganharam mais desenvolvimento, visto que a Corte Portuguesa escolhe o Rio de Janeiro para morar.



Comentário

Quem nascia no Brasil nessa época era português. Eles se diferenciavam dos ameríndios e dos negros escravizados que não eram considerados cidadãos. Só depois da Independência do Brasil que foi possível diferenciar brasileiros de portugueses.



Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500, Oscar Pereira da Silva, 1900

Com uma cultura riquíssima e fruto da miscigenação de inúmeros grupos étnicos, a cultura brasileira conta com influências de origem indígena, portuguesa e africana, além de outros grupos imigrantes que aqui estiveram. A terra de Camões é, sem dúvida, o país europeu que mais influenciou nossa cultura, tanto nas tradições, como nos costumes e simbolismos. A formalização da língua portuguesa como oficial do território e a tradição do credo católico são heranças dessa cultura portuguesa.

Em parte, os portugueses são responsáveis pela miscigenação do povo e também por muitas referências do nosso cotidiano.



Desfile da Manguema, carnaval de 2019, Rio de Janeiro, Brasil

Muitas de nossas festas populares, parte de nosso folclore e culinária são heranças portuguesas, estamos citando apenas alguns exemplos. O Carnaval, as festas de São João, o bicho-papão, cuca, lobisomem, maracatu, fandango e também, muitos pratos típicos da nossa culinária são adaptações de iguarias portuguesas, como: a feijoada, o quindim e, é claro, a bacalhoad.

Também não podemos esquecer que os portugueses dominaram, colonizaram e escravizaram os primeiros povos brasileiros — os indígenas — além de se utilizarem da mão de obra de negros escravizados, traficados de diversos

pontos do continente africano para sustentar um padrão de vida elevado e a economia brasileira.

Outros povos brancos aqui participaram, como franceses e holandeses, em tentativas de invasão, e ingleses e espanhóis por convivência com as metrópoles portuguesas. Migrantes vieram mais tarde com alemães, suíços, italianos, poloneses entre outros, já com o objetivo de trabalhar e fugindo das dificuldades e pobreza na Europa no fim do século XIX e início do século XX.

No Brasil, além da diversidade étnica resultante da miscigenação entre indígenas, africanos e europeus durante a colonização, é importante destacar também o papel dos imigrantes europeus na formação do povo brasileiro, especialmente durante os séculos XIX e XX. A chegada maciça de imigrantes, principalmente italianos, alemães e portugueses, contribuiu significativamente para a composição demográfica e cultural do país. Veja!

Durante o século XIX

A vinda de imigrantes europeus foi impulsionada principalmente pela necessidade de mão de obra para a expansão econômica, especialmente nas áreas rurais, como na cafeicultura do Sudeste. Os imigrantes, além de trazerem consigo suas habilidades e seus conhecimentos técnicos, também trouxeram tradições, costumes e idiomas, enriquecendo, assim, a diversidade cultural brasileira.



No início do século XX

O fluxo migratório europeu continuou influenciando diversos aspectos da sociedade brasileira, como a gastronomia, a arquitetura, a música e as artes. A imigração desempenhou papel fundamental na construção da identidade nacional brasileira, ao lado das culturas indígena e africana, e contribuiu para a formação de uma sociedade multicultural.



As populações chegavam a um país que tinha como projeto o branqueamento, algo que marcou o ideal de cultura e modificou, de maneira plural, a formação das regiões do Brasil.

Grupos segmentados, como japoneses, chineses, árabes e judeus, também vieram para o Brasil, ora enquadrados como brancos ora enquadrados pela sua cultura. Ainda que constituindo ilhas migratórias em algumas regiões do Brasil, eles também fizeram parte desse complexo mosaico nacional de culturas.

Povos afrodescendentes

Acompanhe, neste vídeo, como a cultura africana enriqueceu a identidade brasileira e como o processo de escravização ajudou na formação do racismo estrutural, que está entranhando na sociedade até hoje.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

A partir da segunda metade do século XVI grupos africanos foram trazidos para trabalhar como escravos no Brasil, com hábitos, costumes, cultura e tradições que fazem parte do nosso cotidiano até os dias de hoje. Música, culinária, artes marciais e religião são apenas alguns exemplos de como a cultura africana enriqueceu a identidade brasileira. Graças a essa infinidade de grupos étnicos que foram trazidos para cá, temos hoje o samba, o atabaque, o azeite de dendê, o acarajé e, no campo da fé, temos o candomblé e a umbanda, duas religiões de matriz africana criadas no Brasil.



Salvador, 2015, Brasil

Não podemos romantizar o tráfico negreiro e nem a chegada e escravização dos africanos. É preciso entender como o processo de escravização ajudou na formação do racismo estrutural que está entranhando na sociedade até os dias de hoje. A coisificação de seres humanos foi prática comum em nosso país por três séculos. É necessário que o coletivo busque superar os vícios que esse processo trouxe para a formação da sociedade brasileira.

É muito comum ouvirmos o discurso de exaltação a negros bem-sucedidos que se destacam na sociedade. Casos assim são utilizados como referência e apresentados à população como o resultado de uma escolha de cunho pessoal do indivíduo no investimento da própria força de vontade e desejo, como se toda a comunidade pudesse fazer o mesmo se assim o quisesse e se esforçasse para tal. Desconsidera-se, nesse sentido, a estrutura social que não lhes permite competir em condições igualitárias ou mesmo, na contramão destes poucos privilegiados, os casos isolados que provêm da miséria.

A diáspora foi cruel e seus descendentes pagam um preço alto e por isso os movimentos de organização e lutam precisam ser reconhecidos e exaltados como parte de nossa cultura, e não reduzidos ou desqualificados como vemos quando tratamos por exemplo das religiões.



Atenção

De acordo com matéria publicada pela revista Capital Econômico em 20 de novembro de 2019, o curso de Medicina no Estado do Rio de Janeiro tem a menor proporção de negros no Ensino Superior presencial, com apenas 20,51% dos alunos. As informações são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Se por um lado a presença do negro no Ensino Superior no Rio de Janeiro aumentou na última década (entre 2010 e 2018), segundo este mesmo estudo — que registrou um salto de 39 mil para 239 mil estudantes em instituições de Ensino Superior do estado —, no país, os negros, maioria da população brasileira, representam apenas 35,8% dos universitários. Os números podem parecer surpreendentemente alarmantes e reveladores, mas de fato, eles apenas atestam a realidade do dia a dia.

Basta que, para isto, realize-se, sem muito esforço, um mero exercício de observação e levante-se alguns questionamentos:

Por quantos médicos negros você já foi atendido? Quantos dentistas negros você conhece? Engenheiros civis? E de computação? Quantos advogados ou juízes negros circulam pelos tribunais brasileiros?

Como o último país a abolir a escravidão no ocidente, tais constatações apenas colocam o Brasil perto das sociedades campeãs em desigualdade social, praticando um racismo nem mais tão silencioso assim, já que agora, com as redes sociais, as pessoas vão ganhando rostos e os resultados tornam-se mais perversos ainda. A naturalização de frases como: “Isso só pode ser coisa de preto”, “preto de alma branca”, “você está denegrindo a minha imagem”, entre outras, corrobora com a perversidade do racismo à moda brasileira, que remete o negro a um espaço de indignidade e subserviência. Há, dessa forma, a manutenção do modelo escravocrata de submissão e subordinação.

Se faz necessário que parte da sociedade se torne consciente de seus privilégios e que faça um esforço coletivo para encerrar definitivamente esse capítulo tenebroso da nossa História. Não devemos buscar esquecer ou apagar o passado, mas baseados na experiência pregressa, precisamos trabalhar para um futuro diferente e com condições de garantir as mesmas oportunidades para todos os cidadãos.

Verificando o aprendizado

Questão 1

Durante os séculos XIX e XX, a imigração europeia teve papel significativo na formação do povo brasileiro. Considerando esse contexto, qual das alternativas a seguir melhor descreve o impacto dessa imigração no Brasil?

A

A imigração europeia foi predominantemente urbana e não teve grande impacto na cultura rural do país.

B

Os imigrantes europeus chegaram ao Brasil principalmente no século XVIII, e sua influência foi limitada à região Nordeste.

C

A vinda de imigrantes europeus, especialmente italianos, alemães e portugueses, durante os séculos XIX e XX, foi motivada pela necessidade de mão de obra para a expansão econômica em áreas rurais, como na cafeicultura do Sudeste, e eles contribuíram significativamente para a diversidade cultural brasileira.

D

A imigração europeia no Brasil foi incentivada apenas após a abolição da escravidão, e os imigrantes se concentraram exclusivamente no setor industrial.

E

As tradições e os costumes trazidos pelos imigrantes europeus não tiveram influência significativa na formação da identidade cultural brasileira.



A alternativa C está correta.

A vinda de imigrantes europeus durante os séculos XIX e XX foi impulsionada pela necessidade de mão de obra para áreas como a cafeicultura do Sudeste. Eles trouxeram consigo tradições e costumes que enriqueceram a diversidade cultural brasileira.

Questão 2

O Brasil se constituiu sobre o mito da democracia racial. Difundiu-se a partir daí o ideal de miscigenação como mecanismo de absorção do mestiço. Entretanto este dispositivo não fora criado para a ascensão social do negro. Pelo contrário. A proposta sempre foi manter a hegemonia da classe dominante. Sobre esta questão é correto afirmar que:

A

A miscigenação serviu para enaltecer o mulato que não se sentia parte da sociedade brasileira desde a época da escravidão.

B

A miscigenação possibilitou o desenvolvimento dos atuais movimentos afro-brasileiros que reivindicam suas identidades e lugares de fala específicos.

C

A miscigenação, apesar de ser vista como fundamental para se constituir a identidade brasileira, tinha de lidar com os problemas impostos pelas teorias raciais que dominavam o mundo no século XIX e que colocavam o negro em posição inferior.

D

A miscigenação atingiu o objetivo de embranquecer a sociedade brasileira eliminando todos os problemas transmitidos pela herança biológica dos negros.

E

A democracia racial é um conceito trabalhado a partir da obra de Gilberto Freyre que revela a convivência harmônica entre escravizados e senhores anunciando que, ao contrário do que se imaginava, o processo de escravidão no Brasil foi brando e pacífico.



A alternativa C está correta.

Durante um tempo, a miscigenação se apresentou aos intelectuais da época como um sério dilema: um elemento fundamental da nação brasileira, mas que estava atrelado aos defeitos transmitidos pela herança biológica. Ou seja, diante de teorias raciais extremamente preconceituosas, que elevavam o branco em relação às demais raças.

Miscigenação

Entenda, neste vídeo, o processo de construção de identidades e a miscigenação no Brasil.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

E pensar que o território brasileiro de tão rico e diverso deveria passar tão longe de todas essas práticas excludentes que ainda perduram até hoje.

O país possui regiões que são formadas por grupos sociais bem distintos. Nossa população é formada por diferentes tipos humanos, originários de várias partes do mundo, e organizados em grupos que diferem entre si, sendo esta mistura uma das características mais marcantes do povo brasileiro. Uma rápida observação de uma estação de trem ou metrô de qualquer uma das grandes cidades pode comprovar isso: são crianças, mulheres, homens, idosos, adolescentes, negros, brancos, orientais, outros com aparência indiana; pessoas das mais variadas classes sociais. Uma importante diversidade cultural.



Estação da Luz, São Paulo, Brasil, 2021

A convivência com a diversidade de pessoas, de ideias e de atuar na vida social contribui em grande escala, por exemplo, para a eliminação de preconceitos e perseguições de determinados grupos e categorias de pessoas.

Importantes pesquisadoras no contexto da discussão sobre diversidade étnica no Brasil, Schwarcz e Starling (2015) mostram como a mestiçagem se transformou numa questão de representação nacional.

É inegável que a miscigenação gerou uma sociedade definida por uniões, ritmos, artes, esportes, escritas, aromas, culinárias e religiosidades mistas.



Talvez por isso que a alma do Brasil seja crivada de cores.

(SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15)



Obra A redenção de cam. Modesto Brocos Gómez, 1895

Durante um tempo, a miscigenação se apresentou aos intelectuais da época como um sério dilema: um elemento fundamental da nação brasileira, mas que estava atrelado aos defeitos transmitidos pela herança biológica. Em outras palavras, diante de teorias raciais extremamente preconceituosas, que elevavam o branco em relação às demais raças, “[...] a apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seria dessa forma qualidades naturais do mestiço, do elemento brasileiro”. (ORTIZ, 2005, p. 21).

Desde o fim do século XIX e início do século XX existe um movimento por parte dos intelectuais brasileiros para tentar explicar o que afinal de contas é o Brasil e quem é o povo brasileiro.

Isto se deu porque era importante que o Brasil tivesse uma identidade e que tivesse a possibilidade de se constituir enquanto um povo, ou seja, uma nação.

Neste momento da nossa história era importante consolidar a imagem da nação que emergia diante de uma hegemonia europeia no mundo ocidental.

Aos estudiosos brasileiros cabia a tarefa de explicar o porquê do nosso “atraso” em relação a estes países e, para isto, o modelo explicativo também era fornecido pelas teorias que se desenvolviam na Europa. O **positivismo de Comte**, o **darwinismo social** e o **evolucionismo de Spencer** foram as teorias que mais influenciaram o pensamento brasileiro na época. Constatado o atraso social, qual seria a solução para colocar o país na rota da civilização?

Foi considerado simples branquear a sociedade brasileira. Mas você deve concordar que embranquecer uma sociedade inteira é provavelmente impossível. Ou seja, para se eliminar todos os estigmas das “raças inferiores”, seguindo a teoria da evolução social, somente em um futuro muito distante, como também somente nesse futuro poderíamos ter um Estado nacional da forma como era imaginado.

Positivismo , Darwinismo social , Evolucionismo social

Positivismo Surge como reação ao idealismo, opondo o primado da experiência sensível (e dos dados positivos) ao primado da razão. Propõe a ideia de uma ciência sem teologia ou metafísica, baseada apenas no mundo físico/material. **Darwinismo social** Sugere que existiriam comportamentos e características biológicas que determinariam que uma pessoa é superior a outra e aptas ao desenvolvimento social. Geralmente, o padrão determinado como o mais apto seria o de uma pessoa do sexo masculino, pele branca e que vivesse em meios urbanos. **Evolucionismo social** Tornou-se referência às teorias antropológicas de desenvolvimento social que acreditavam que as sociedades tiveram início em um estado primitivo e gradualmente tornaram-se mais civilizadas com o passar do tempo. Nem é preciso dizer que a civilização mais evoluída estava associada à cultura europeia do século XIX.

Diante da demanda pela criação de uma identidade nacional foi adotado o branqueamento. Para que isso fosse possível era necessário implementar um processo em que aos poucos teríamos um amálgama clareado e moderno. A miscigenação, ainda que exaltada, tem por base uma política de apagamento físico do passado brasileiro.

O colorismo é um processo que separa indivíduos com base no tom de sua pele, por exemplo: quanto mais clara sua tez, mais aceitação social certo indivíduo tem por ter mais semelhança com a raça branca. Vemos exemplos desse processo quando, numa tentativa de anular identidades, usamos termos como café com leite, marrom bombom, cor de jambo etc. A miscigenação criou uma variedade infinita de tons de pele espalhadas pelo país, muitos indivíduos têm dificuldade em criar identificação com essa ou aquela definição e, por isso, essa discussão ganha cada vez mais espaço. Nos atuais movimentos sociais afrodescendentes, é preciso que

cada pessoa tenha seu lugar de fala, com demandas específicas seguindo a afirmação e as demandas de sua identidade para que haja diálogo e melhoria das condições de vida em sociedade.



Saiba mais

No século XIX até os ventos alísios, aqueles que sopram todo o ano sobre extensas regiões do globo, foram considerados justificativas para o nosso atraso cultural em relação à Europa? O argumento “meio” (ambiente) foi encarado como discurso científico durante um bom tempo. Para saber mais, consulte o livro de Renato Ortiz que está indicado no final da bibliografia.

Cultura e cultura nacional

Para começar a discutir sobre esses temas, temos, antes, de dominar o conceito de cultura. Podemos definir cultura como um conjunto de ideias, valores e costumes transmitidos, trocados por essas pessoas tão diferentes que vivem em uma sociedade. E como vivemos em um mundo globalizado, as sociedades diferentes que fazem parte desse mundo trocam cultura entre si. Há algo de comum que nos une.

A sociedade brasileira possui uma cultura geral que se relaciona com todos os brasileiros, indistintamente, determinada em grande parte pela unicidade do idioma português.

Contudo, mantém estreita relação com outras culturas que se originam de outras regiões. Manifestações culturais como o carnaval ou futebol ainda hoje são expressões imbatíveis da brasilidade reconhecidas internacionalmente. Vale dizer que cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio da vida social. Nesse sentido, é preciso estudá-la nas suas mais diversas manifestações.



Crianças jogando bola

Cultura é a maneira de como a realidade que se conhece é codificada por uma sociedade. São as palavras, ideias, doutrinas, teorias, práticas costumeiras e rituais. O estudo da cultura é importante para compreender o sentido que fazem essas concepções e práticas para a sociedade que as vive. (SANTOS, 2005).

Observe as diferenças sobre a ideia de cultura nacional ao longo do tempo:

1822

Criação e legitimação do Estado nacional brasileiro

A partir da Independência, em 1822, e, principalmente, a partir da Proclamação da República, em 1889, a ideia de uma cultura nacional começava a se tornar uma preocupação, uma vez que era preciso criar um Estado nacional legítimo e reconhecido interna e externamente.

1901

Eurocentrismo cultural

Na virada para o século XX, a maioria das pessoas que tinha condições para refletir e para interferir diretamente neste assunto (ou seja, os intelectuais e os homens políticos) ainda mantinham como principal referência o modelo europeu de constituição social. A ideia de uma cultura nacional não era debatida como hoje, ou seja, não se buscava dentro da própria nação o conteúdo de uma cultura nacional, para delinear suas características, para definir os aspectos que a fizessem única. O modelo provinha das sociedades que se consideravam superiores em termos de civilização. Daí a ideia eurocêntrica de “atraso”.

1920

Movimento Antropofágico e identidade cultural brasileira

A urgência em se desenvolver uma cultura brasileira que nos identificasse, que nos desse uma identidade de fato nacional, inicia-se, de forma organizada e coletiva, apenas nos anos 1920, com o surgimento da geração modernista. Um dos grandes exemplos desse processo durante o modernismo no Brasil é o Movimento Antropofágico, que buscava promover pensamentos para “engolir” uma cultura estrangeira e, a partir dela, promover uma nova cultura com a cara do país, excluindo o eurocentrismo.

1930

Cultura no Estado Novo

Em seguida, nos anos 1930, o nacionalismo vai ganhar força com a emergência, no plano político, de um Estado nacional forte: era o início da era Vargas, que apesar de suas características autoritárias e centralizadoras, dá fôlego e subsídios para a primeira grande tentativa de estabelecimento e valorização de uma cultura genuinamente nacional.

1950

Influência da cultura americana

A ideia de uma modernização acaba por levar o Brasil a uma intensificação da cultura americana, aproximando nossos ideais de brasilidade aos ideais trabalhados lá.

1964

Cultura e a Ditadura Militar

Diante de um governo militar marcado pelo nacionalismo a valorização e defesa de uma cultura comum que representasse o Brasil ganha força, inclusive nas escolas tornando-se uma imposição ser e identificar um mesmo conjunto nacional como o brasileiro.

2000

Pluralidade cultural

Diante dos processos e a consolidação da redemocratização, percebe-se um aumento da pluralidade e na defesa da pluralidade cultural brasileira.

Já que falamos em cultura nacional, precisamos situar o debate em torno da questão da identidade cultural.



SALVADOR, BAHIA/BRASIL - 15 de janeiro de 2015: Baianas lavam as escadas da Igreja do Bonfim, durante festa tradicional para católicos e candomblecistas

Quando falamos em identidade, queremos saber sobre as características fundamentais que identificam uma pessoa, uma comunidade, um país.

A identidade cultural moderna é formada por meio do pertencimento a uma cultura nacional, ela faz alusão à construção identitária de cada indivíduo em seu contexto cultural.

Em outras palavras, a identidade cultural está relacionada à forma como vemos o mundo exterior e como nos posicionamos em relação a ele. Muitas são as transformações que acompanham o ritmo do mundo globalizado. A distância entre os países diminuiu, a indústria cultural produz em escala planetária e as culturas locais são submetidas a um intenso bombardeio de outros elementos culturais externos. O indivíduo está sujeito a alterações radicais — fruto do dinamismo da realidade. Modismos, padrões de conduta e comportamentos se sucedem com uma rapidez jamais vista. A identidade em tempos de globalização é maleável, flexível, fluida.



Atenção

A grande questão não é mais se há ou não a capacidade de mudança. O desafio agora é garantir que a pessoa possa dar continuidade à sua história individual, compreendendo como se desenvolve o processo de (re)construção constante da sua identidade.

A identidade do povo brasileiro é marcada pela questão da diversidade. Nossa brasilidade é sobre como nos relacionamos com outros indivíduos deste mesmo território, é muito mais uma questão de pertencimento, afinidade e afeto do que uma construção social imposta e criada sobre critérios únicos. A identidade nacional brasileira está relacionada à diversidade cultural, étnica e social.

A chegada do negro no Brasil

Neste vídeo, saiba mais sobre a vinda do povo negro ao Brasil, as circunstâncias insalubres e o contexto da escravização.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Cultura e cultura nacional

Acompanhe, neste vídeo, como se deu a participação dos povos originários na construção e no desenvolvimento da sociedade brasileira.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

O processo de construção da identidade cultural indígena no Brasil

Houve um momento da história em que o indígena foi considerado como alguém importante para a construção da identidade no Brasil. Mas isso aconteceu muito tempo depois do início conflituoso entre brancos, indígenas e negros.

As primeiras grandes interpretações genuinamente nacionais sobre nosso povo, nossa cultura e nossa realidade vão aparecer somente no século XIX, com o surgimento da chamada geração modernista. Antes, porém, houve uma tentativa por meio da literatura com o Indigenismo, em 1836.

O indigenismo pode ser considerado uma adaptação do movimento romântico europeu à ideologia de afirmação nacional que ganhava corpo em nossa sociedade e que precisou buscar nossos próprios personagens e não mais na Europa, os sujeitos da nossa própria história.

Dessa forma, o indígena foi considerado um símbolo, um herói nacional.



Monumento a Pedro I, Rio de Janeiro, Brasil

Mas isso só aconteceu porque, no momento, celebrar o indígena já não era mais perigoso para a ordem vigente. Veja as razões a seguir:

1. Ele já estava quase totalmente extinto nos espaços dominados do litoral e, por isso não apresentava ameaça.
2. O sistema produtivo estava calcado no negro, não no indígena. De certo que não se poderia enaltecer o negro.
3. Além disso, a ideia de que o indígena, por seu espírito livre e por sua coragem, não aceitara a escravidão no passado, deixou o campo livre para o mito da docilidade do negro, visto como conformado e até feliz em sua condição de escravo. (LOPEZ, 1995)

Dessa maneira, o indianismo permitiu difundir uma imagem positiva do homem brasileiro – homem que, na origem, fora livre e até lutara pela sua liberdade contra o português. A literatura indianista brasileira teve dois nomes importantes: José de Alencar e Gonçalves Dias.



Retrato de José de Alencar



Retrato de Gonçalves Dias

Gonçalves Dias fez do indígena um herói, enquanto José de Alencar preferiu mostrar o mundo natural e rústico do nativo, do bandeirante, do gaúcho, do sertanejo.

O indígena passou a ser visto como símbolo da pureza e da inocência. Isso foi usado pelos teóricos que estudavam o Brasil e que buscavam um rosto para ele, uma identidade. O indígena virou herói nacional.

Mas os nativos deixaram suas pegadas culturais por onde passaram e hoje muito do que consumimos, vestimos, utilizamos como artesanato amplamente difundido e reconhecido como arte aqui dentro e no exterior, compõe a identidade da nossa sociedade.



Mulher indígena da etnia dessana da Amazônia brasileira, em sua comunidade com roupas típicas de sua cultura e rosto pintado. Manaus, Amazonas, Brasil, 23 de julho de 2022

O contato com a natureza, a alimentação baseada no consumo de frutas, legumes, verduras, raízes, caules, peixes são legados dessa população tão importante para o nosso país. Veja três exemplos a seguir:

Caju

Frutos como o caju e o açaí eram comuns na alimentação de povos do Norte e Nordeste brasileiros. O guaraná é uma bebida tipicamente brasileira, conhecida mundialmente e utilizada comumente para as atividades diárias dos indígenas, além de ser considerado um fortificante para os guerreiros.



Mandioca

A mandioca era a principal fonte de carboidrato da refeição dos indígenas. Uma forma de estocar a mandioca para uma posterior utilização se transformou na tapioca e na farinha de mandioca, amplamente consumida por todos nós.



Trançados de palha

A cultura do trançamento de fibras vegetais foi fundamental na organização e na construção de instrumentos que serviam para armazenamento, instrumentos de pesca, e na habitação. A construção de casas com as estruturas de fibras são instrumentos que passam a ser adotados hoje na moda, em áreas de lazer e ainda considerados sustentáveis.



Muitos pesquisadores defendem a teoria de que as comunidades indígenas tinham sua organização política, diferentemente dos europeus e, por isso, essa estrutura foi ignorada e esses grupos passaram a ser percebidos como primitivos e selvagens. O processo de conquista sofrido pelos indígenas resultou no genocídio de milhares de indivíduos causando, inclusive, o desaparecimento de tribos inteiras. Além disso, houve a violência cultural com as tentativas de apagamento de seus costumes e tradições, violência que perdura até os dias de hoje.

Concluimos que o ideal português de civilização retirou do indígena sua identidade, resultado de um processo histórico marcado pela violência física, cultural, religiosa e econômica. Esse novo sujeito, de raízes indígenas,

possui um modo de vida híbrido, cujos costumes das sociedades tribais ainda permanecem vigentes, embora adaptados à economia capitalista. De acordo com Azevedo:



Desde o início da colonização brasileira até a década de 1970 os povos indígenas eram considerados como uma categoria social transitória, ou seja, todas as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas tinham como objetivos sua "integração à comunhão nacional", seja através da catequização, colonização, ou até mesmo da escravização.

(AZEVEDO, 2008, p. 19)

Números divulgados pela Fundação Nacional do indígena (FUNAI) mostram que a população indígena do Brasil contava com aproximadamente 2 milhões de habitantes à época da conquista. Esse número foi reduzindo vertiginosamente até alcançar a proporção estimada de 70 mil habitantes pelos idos de 1957. Dali em diante houve certo crescimento, mas nada que chegasse próximo aos números do período colonial.



Joênia Wapichana

A implantação de medidas afirmativas e a luta indígena por reconhecimento de seus direitos sociais foram decisivos para que a população indígena, parte essencial da identidade brasileira, fosse enxergada e percebida como cidadã, fazendo valer suas especificidades, reforçando as diferenças étnicas de cada povo. Foram reconhecidos como povos de Direito adquirido com a Constituição de 1988. Apesar de muito ainda precisar ser feito, um acontecimento legal e histórico marcou a trajetória de luta e reconhecimento do povo indígena.

Em dezembro de 2008, cinco povos indígenas (Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Patamona e Taurepang), há 30 anos em disputa pela demarcação de suas terras nessa reserva, tiveram seus direitos defendidos pela advogada indígena Joênia Batista de Carvalho. Índia Wapixana. Joênia foi a primeira indígena a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal. (ALMEIDA, 2010.)

Os povos indígenas no Brasil de hoje

Atualmente, existem em torno de 896 mil indígenas em todo o território nacional, segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Entre as regiões do Brasil, a maior parte está concentrada na região Norte, com 342,8 mil indígenas, e a menor no Sul, com 78,8 mil. Entre as principais etnias indígenas brasileiras na atualidade estão a ticuna (35.000), guarani (30.000), kaingang (25.000), macuxi (20.000), terena (16.000), guajajara (14.000), xavante (12.000), ianomâmi (12.000), pataxó (9.700) e potiguar (7.700).

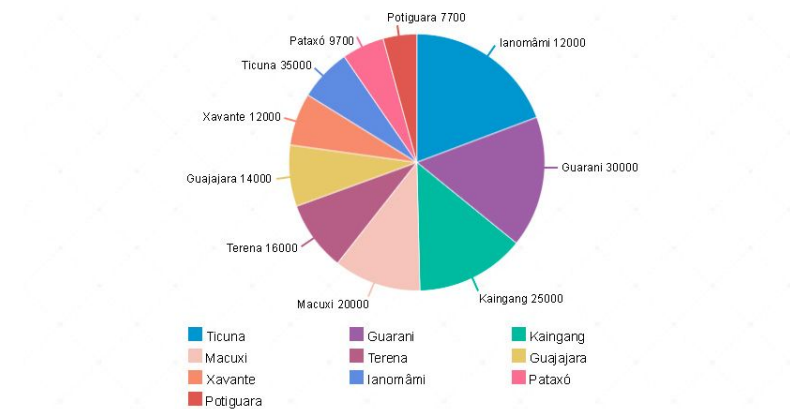


Gráfico: Divisão da população indígena brasileira por etnia

Os **indígenas** estão mais do que nunca vivos: para não deixar morrer uma memória histórica e para resgatar e dar continuidade aos seus projetos coletivos de vida, orientados pelos conhecimentos e pelos valores herdados dos seus ancestrais, expressos e vividos por meio de rituais e crenças. São projetos de vida de povos que resistiram a toda essa história de opressão e repressão.

Indígenas

A recuperação do termo aparece como forma de luta e não como redutor a uma identidade única.



Viver a memória dos ancestrais significa projetar o futuro a partir das riquezas, dos valores, dos conhecimentos e das experiências do passado e do presente, para garantir uma vida melhor e mais abundante para todos os povos.

(LUCIANO, 2006)

Cada vez mais presentes em setores importantes da sociedade, o povo indígena entrega advogados, professores, historiadores, médicos e roteiristas capazes de representar seus povos e garantir que seus direitos sejam preservados.

Os povos indígenas não são sociedades arcaicas, mas representam uma parcela significativa da população brasileira e que por sua diversidade cultural, territórios e conhecimentos ajudaram a constituir nossa nação.

Ao participarem ativamente da vida social e política do Brasil, o indígena conseguiu recuperar a sua autoestima e ter um lugar de fala na sociedade.

Dessa forma, foi sendo recobrada a identidade étnica, como uma realização individual e coletiva, mas também como cidadania reconhecida pela sociedade e pelo Estado. A questão indígena passou a ter uma maior visibilidade e relevância na vida nacional e ganhou autonomia e liberdade para que se decida como viver com sua prática cotidiana.

Luciano (2006) nos mostra que os indígenas aldeados vivem dos recursos oferecidos pela natureza, enquanto os indígenas que moram em centros urbanos vivem geralmente de prestações de serviços e como mão de obra do mercado de trabalho. Da presença desses dois grupos distintos, podemos concluir que os indígenas que ainda se encontram distantes em suas aldeias reforçam a valorização de seus conhecimentos

tradicionais, das religiões ancestrais, do processo de consumo e distribuição de bens, enquanto os indígenas presentes nas grandes cidades já estão imersos nos processos contemporâneos do mundo do trabalho, apostando na qualificação profissional e na imersão do mercado. O que seus representantes pleiteiam, no entanto, é o desenvolvimento de projetos sociais que abarquem as duas realidades propostas.



Reflexão

Muito ainda precisa ser feito para que a identidade indígena seja plenamente reconhecida e com isso ele se torne um sujeito de direito como expresso na Constituição Cidadã. O indígena ainda é visto como um obstáculo ao governo federal, latifundiários, grileiros, fazendeiros e empresários. Esses indivíduos veem no indígena a imagem de um homem sem interesses e sem direitos, como se ele não existisse.

A FUNAI foi criada com o objetivo de intensificar a proteção de direitos e respeito aos interesses dos povos indígenas, buscando garantir as especificidades de suas várias etnias presentes no território brasileiro. Garantir o respeito à cultura indígena é uma obrigação, contudo, é preciso mais ainda fazer valer a demarcação das terras indígenas, o usufruto exclusivo dos recursos naturais e a preservação do equilíbrio biológico do indígena no seu contato com a sociedade.



Salvador, Bahia, Brasil - 26 de abril de 2022: indígenas de diferentes tribos da Bahia durante protestos na cidade de Salvador. O grupo busca melhorias em suas aldeias

Na pandemia do novo coronavírus (COVID 19) que assolou o mundo nos últimos anos, os indígenas mais distantes acabaram sendo afetados. Houve certa tentativa de mapear a evolução do vírus, porém os números não conseguiram dar conta da totalidade. Os indígenas que vivem fora das terras homologadas não entraram na contagem. De acordo com a Apib (Articulação dos Povos Indígenas no Brasil), em 14/06/2020 eram 20.947 casos confirmados com 283 mortos confirmados e 96 povos afetados. São os brancos que depois de séculos continuam adoecendo os indígenas.



Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra.

(DAVI KOPENAWA YANOMAMI, RICARDO E RICARDO, 2011, p. 22)



Um ganho imenso para os direitos dos povos indígenas é o fato de o Estado brasileiro, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, também considerada Constituição Cidadã, criar normas, a fim de proteger os direitos e interesses dos povos indígenas.



Constituição de 1988, autor desconhecido

Os Direitos Constitucionais dos indígenas encontram-se definidos mais especificamente no título VII, “Da Ordem Social”, dividido em oito capítulos, sendo um deles o “**Dos Índios**”,

destacando-se os artigos 231 e 232, além de outros dispositivos dispersos ao longo do texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



Saiba mais

Artigo 231 Caput: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Artigo 232 “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

A Constituição foi importante por ter reconhecido a capacidade civil dos indígenas. Vale lembrar que os recursos hídricos e riquezas minerais do solo pertencem à União (Art.176). Mas aos indígenas é assegurada participação na exploração. Especificamente em relação ao garimpo, a Constituição prevê que os dispositivos em seu texto não se aplicam às terras indígenas (Art. 231, § 7º), proibindo, sob qualquer hipótese, que a atividade seja realizada por não indígenas nessas terras. O problema está em fazer valer essa lei.

Uma outra questão que veio somar à inclusão dos Direitos e reconhecimento das terras indígenas foi a Lei n. 11.645, de 2008, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos ensinamentos fundamental e médio de escolas públicas e privadas, para ressaltar a importância dessas culturas na formação da sociedade brasileira.



Atenção

Discutir tais assuntos no espaço escolar é importante pois insere a História e cultura africana, afro-brasileira e indígena na formação de crianças e jovens brasileiros. A lei foi importante por reconhecer negros e indígenas como sujeitos históricos e relevantes na formação da sociedade brasileira.

O processo de construção da identidade cultural negra no Brasil

Capoeira

“Paranauê, paranauê. Paraná. Paranauê, Paranauê, Paraná”. Abre a roda e entra na ginga. A associação é imediata e automaticamente vem a memória o som do berimbau. A musicalidade contagia. Com ela, também imaginamos um grupo de pessoas reunido em um círculo.



Capoeira de rua, Rio de Janeiro, Brasil

Mesmo relacionada a um contexto histórico marcado pelo sofrimento durante o período da escravidão, a capoeira sobreviveu às perseguições e transformou-se em um símbolo nacional que representa a luta de resistência. Trazida por africanos no fim do século XVI, a prática da capoeira mantinha viva as tradições daquele povo, entre elas, a preservação do idioma natal. Pouco se sabe, porém, da sua origem.

A capoeira é, na verdade, a mistura de passos de dança e movimentos de luta. Foi desenvolvida assim para disfarçar diante de seus senhores uma vez que escravizados eram proibidos de praticar qualquer tipo de luta. As manifestações artísticas promovidas pelos escravos, embora tivessem características relacionadas à socialização, não contavam com a simpatia da elite dominante. Mais do que isso, a intolerância da casa-grande era traduzida em intensa repressão contra a senzala.



Saiba mais

Além da capoeira, o lundu também despertava a ira dos senhores e senhoras da alta classe e, apesar de ter sido dançado pela corte portuguesa em Lisboa, era considerada uma dança indecente quando expressada popularmente. O batuque, por sua vez, também não ficava atrás das demais manifestações e sofria perseguição igualmente.

Dessa forma, é possível perceber que a musicalidade africana tem grande influência na construção da identidade cultural negra no Brasil. Dos lamentos em forma de canto até os instrumentos musicais usados, tais como tambores, atabaques, chocalhos, pandeiros, entre outros, as contribuições são gigantescas e permanecem vivas até os dias de hoje. Entretanto, a partir do fim do século XIX e início do século XX, a preocupação em definir a identidade do indivíduo e as próprias manifestações culturais e esportivas brasileiras passou a incomodar a elite brasileira.

A imagem do Brasil, aos olhos do mundo, principalmente Europa e Estados Unidos, não desfrutava de boa credibilidade desde o tortuoso caminho até ali marcado pelo período de escravidão.

Assim sendo, se por um lado não existia a possibilidade de negar a miscigenação étnica evidente, já que a população era composta por negros, mamelucos, crioulos, cafuzos e indígenas, por outro se fez necessário mascarar o preconceito racial com o discurso evolucionista da mestiçagem.

Black is power

Pode-se afirmar que o corpo é uma construção social de estrutura biológica e que simbolicamente expressa culturalmente a história na qual o indivíduo está inserido. Muitas são as formas de usá-lo. Entre elas, desde os

tempos antigos, estão os cabelos. Eles ganham destaque por ser um elemento representativo da personalidade do indivíduo e, nos dias atuais, tem ainda mais significado.

Conserva-se com ele um profundo valor simbólico de resistência e preservação cultural. O corte e o penteado podem expressar diversos sentimentos.

As mulheres nos anos 1950, por exemplo, inspiraram-se nos cortes masculinos para aumentar o engajamento social e político feminino. Os homens apresentaram o *black power* que ganhou o mundo e se tratava de uma referência ao movimento negro americano.

O dreadlock também “fez a cabeça” de homens e mulheres por conta do movimento rastafári. No Brasil, o cabelo crespo e a cor da pele são símbolos indissociáveis da construção identitária brasileira. Eles estão diretamente relacionados à consolidação da cultura negra.



Mulher negra com black power

Entretanto, a sociedade, que normatiza e cria padrões estéticos afinados ao ideal branco europeu, classifica o cabelo do negro como algo inferior.



Mulheres negras com tranças

É comum, inclusive, que muitos tentem ressignificar a sua estética por meio de alisamentos a base de produtos químicos.

É, na verdade, uma tentativa de sair de um lugar de inferioridade provocado pelo estereótipo pré-determinado e que não representa os traços biológicos da própria raça.

Nos anos 1960 e 1970, o corpo, as cores e o ritmo musical negro influenciado pelas lutas pelos direitos civis negros nos Estados Unidos ascenderam os movimentos Black

Power, Funk e Soul de tal forma que despertam significativamente as manifestações de orgulho e restauração das heranças africanas. O reflexo de toda esta mobilização faz surgir nas principais capitais do Brasil os Bailes Black. Artistas como Toni Tornado e Wilson Simonal, entre outros, que passam a se destacar como os principais nomes do movimento.

Os jovens negros brasileiros apropriaram-se, mesmo com todas as diferenças culturais, das questões políticas e sociais dos negros americanos e criaram uma conexão importante nas narrativas brasileiras de luta contra a desigualdade.



Atenção

Para se ter uma ideia da importância desta apropriação, Toni Tornado, em 1965, entrou nos Estados Unidos como imigrante clandestino e lá sentiu na pele o racismo e o menosprezo dos brancos. O artista brasileiro entendeu o sentido da luta dos negros por direitos civis e fez contato com os Panteras Negras, um grupo revolucionário que reivindicava o controle de instituições políticas e econômicas.

Por isso é tão importante que se criem ações que facilitem o acesso de pessoas negras a lugares de destaque na sociedade, para incentivar outras a buscarem as mesmas oportunidades. Isso é o que temos chamado de representatividade, quando você vê que pessoas iguais a você começam a ocupar espaços que pareciam inacessíveis.



Novo Partido dos Panteras Negras organizaram uma manifestação em nome de Eric Garner, que morreu após uma briga com oficiais da polícia de Nova York

Maracatu

Os africanos escravizados e os seus descendentes brasileiros protagonizavam a dança em configuração de cortejo que representa as antigas coroações de Reis do Congo. O cortejo ao som de batuque, com cânticos e dança também era seguido pela realeza.

Jongo

O processo de construção da identidade cultural negra no Brasil também passa pela resignificação do jongo. Destaca-se neste processo o retorno das crianças e dos jovens para as rodas. Isto porque, no passado, elas eram proibidas de participar por conta do caráter mágico vinculado a dança. Esta, inclusive, sempre foi uma das principais razões que justificavam tamanha perseguição.

A prática corporal afro-brasileira tem, na sua composição, a percussão de tambores, o exercício da dança coletiva e o canto. É importante dizer que hoje, o jongo, mesmo sendo reconhecido nas comunidades jongueiras, segue sofrendo com a desaprovação da sociedade de maneira geral.

Vale ressaltar que o jongo possui o registro como patrimônio cultural material do Brasil constituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 2005. Para isto, especialistas e antropólogos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) iniciaram um minucioso trabalho de pesquisa em 2001 e graças a ele o jongo tornou-se a primeira manifestação de canto, dança e percussão de comunidades do Sudeste brasileiro de origem afro-brasileira.



O jongo ou caxambu, ou ainda tambu, chegou ao Brasil pela costa do Sudeste na primeira metade do século XIX. Destacam-se nesta prática o uso de tambores em acompanhamento ao canto. O estilo vocal tem como principal característica a entoação de frases curtas por uma pessoa e repetida pelo restante do grupo. Os participantes, dançarinos, encostam o ventre um no outro. O passo da dança é popularmente conhecido como umbigada. O jongo foi uma forma de comunicação entre os negros durante o período da escravidão que traduzia de forma poética as dificuldades pelas quais eram submetidos.



Saiba mais

Há estudiosos que descrevem o jongo e o caxambu como práticas diferentes. Os pesquisadores salientaram que o jongo estaria prestes a desaparecer por causa das restrições às participações de crianças e jovens.

Tendo em vista que apenas os “cumbas”, (mestres detentores dos poderes mágicos) poderiam participar desta prática cultural, o fim seria uma questão de tempo. Contudo, novas pesquisas realizadas já década de 1980 confirmaram que o jongo estava presente nas favelas do Rio de Janeiro e que ele tinha papel fundamental na origem do samba. O que sugere a capacidade de ressignificação da atividade. Pode-se dizer que as práticas e manifestações culturais, no caso das comunidades quilombolas, continuam sendo ressignificadas para atender ao processo de reafirmação étnica.

Fala, mestre!

O vídeo aborda a problemática da implementação inadequada das leis brasileiras referentes às crianças e adolescentes, com foco especial na discriminação sofrida por famílias de religiões de matriz africana.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Verificando o aprendizado

Questão 1

(Makenzie) “Enquanto os portugueses escutavam a missa com muito ‘prazer e devoção’, a praia encheu-se de nativos. Eles sentavam-se lá surpresos com a complexidade do ritual que observavam de longe. Quando D. Henrique acabou a pregação, os indígenas se ergueram e começaram a soprar conchas e buzinas, saltando e dançando [...]” (Eduardo Bueno).

O contato amistoso entre brancos e indígenas foi preservado

A

pela igreja, que sempre respeitou a cultura indígena no discurso da catequese.

B

até o início da colonização, quando o indígena, vitimado por doenças, escravidão e extermínio, passou a ser descrito como selvagem, indolente e canibal.

C

pelos colonos que escravizaram somente o africano na atividade produtiva de exportação.

D

em todos os períodos da história colonial brasileira, passando a figura do indígena para o imaginário social como o “bom selvagem e forte colaborador da colonização”.

E

até hoje, pois vivemos em uma sociedade que respeita e reconhece plenamente os direitos indígenas.



A alternativa B está correta.

O encontro entre portugueses e indígenas foi mágico para os povos originários. Considerados como deuses, os brancos foram enaltecidos pelos indígenas. O contrário já não se pode afirmar. Quando os portugueses tentaram escravizar os indígenas, eles já não aceitaram mais pacificamente a convivência e reagiram, resistindo aos maus-tratos.

Questão 2

(Fuvest) Os indígenas foram também utilizados em determinados momentos, e sobretudo na fase inicial [da colonização do Brasil]; nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor “aptidão” ao trabalho escravo [...]. O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes, e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na “preferência” pelo africano revela-se, mais uma vez, a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa em um sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva de capitais na metrópole; ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial, enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia. Assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse “gênero de vida”; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole; realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa “mercadoria”. Esse talvez seja o segredo da melhor “adaptação” do negro à lavoura... escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário. (Adaptado de NOVAIS, 1979, p. 105).

Nesse trecho, o autor afirma que, na América portuguesa:

A

Os escravos indígenas eram de mais fácil obtenção do que os de origem africana. Por isso, a metrópole optou pelo uso dos primeiros, já que eram mais produtivos e rentáveis.

B

O comércio negreiro só pôde prosperar porque alguns mercadores metropolitanos preocupavam-se com as condições de vida dos trabalhadores africanos, enquanto outros os consideravam uma “mercadoria”.

C

A rentabilidade propiciada pelo emprego da mão de obra indígena contribuiu decisivamente para que, a partir de certo momento, escravos africanos também fossem empregados na lavoura, o que resultou em um lucrativo comércio de pessoas.

D

O principal motivo da adoção da mão de obra de origem africana era o fato de que ela precisava ser transportada de outro continente, o que implicava a abertura de um rentável comércio para a metrópole, que se articulava perfeitamente às estruturas do sistema de colonização.

E

A escravidão indígena foi utilizada em um primeiro momento e, logo em seguida, descartada uma vez que os nativos conseguiram conquistar sua liberdade por meio de muitas revoltas locais.



A alternativa D está correta.

A lucratividade do tráfico negreiro foi a principal motivação para que houvesse a substituição da mão de obra escrava indígena pela negra.

A educação para as relações étnico-raciais no Brasil - Lei nº 10.639/2003

Confira, neste vídeo, a Lei nº 10.639/2003, que institui o ensino de história e cultura afro-brasileira para crianças e adolescentes.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Muitas são as discordâncias entre autores, intelectuais e militantes dos movimentos sociais com posicionamentos e perspectivas ideológicas distintas diante desta matéria. A falta de consenso pode, em algumas circunstâncias, provocar desentendimentos. Tendo em vista a diversidade de termos e conceitos dentro da temática étnico-racial, a questão ganha várias interpretações da sociedade brasileira por parte dos seus atores. Destacam-se nesta controvérsia os movimentos sociais.

O movimento negro cria relevância no cenário por exercer e cumprir uma tarefa fundamental nesta discussão ao redefinir e redimensionar a questão social e racial na sociedade. Além de denunciar os crimes cometidos e reinterpretar a realidade, o movimento contribui no processo de reeducação do cidadão tanto no aspecto político quanto acadêmico da população brasileira.

A identidade negra segue um processo de construção social gradativo, estendido, além do seio familiar e dos seus desdobramentos, como construção histórica, cultural e plural. No entanto, o grande desafio durante este exercício sempre foi e permanece sendo a prática de trabalhar a promoção da identidade negra em um universo social que, ao longo de todos os tempos, foi conduzido para que eles, os negros, deveriam, para alcançar espaços, negar sua identidade assumindo características padrões socialmente aceitas.

Desta forma, compreende-se que o período escolar em toda a trajetória percorrida durante a formação do indivíduo tem função essencial na construção da identidade. A escola tem responsabilidade social e educativa não apenas para lidar positivamente com o tema, mas também e principalmente para compreender e respeitar a complexidade do processo.



Diversidade étnica em grupo de amigos

Qual a sua “raça”? A pergunta sugere o debate. O termo “raça” sempre suscitou discussões nos campos das Ciências Sociais. O questionamento carrega um peso que pode soar desconfortável e a reação não costuma ser positiva com a indagação.

A razão está na dificuldade de compreensão que existe na problemática relação entre negros e brancos construída ao longo do tempo. O termo, embora remeta ao que há de mais tenebroso na história da humanidade, o nazismo, se colocado fora da temática biológica, pode propor uma interpretação com base na dimensão social e política.

No Brasil, a discussão sobre racismo perpassa na maioria dos casos pela cor da pele. A aparência física é a base para uma classificação maniqueísta em que a avaliação passa pela competência e capacidade. Tem-se acesso a este tipo de percepção na família, na escola, no círculo de amizades, relacionamentos afetivos, área profissional, entre outros.

Este tipo de comportamento denota a afirmação do racismo por sua negação.

O racismo é negado sistematicamente pela sociedade brasileira, entretanto, com o surgimento das redes sociais e com a equivocada crença de que as telas garantem um anonimato, temos percebido inúmeros casos de racismo e preconceito disfarçados de liberdade de expressão.

Os militantes e intelectuais que adotaram o termo “raça”, como dito anteriormente, não o fazem no sentido biológico e, a partir deste contexto, é possível compreender que o termo “raça” também pode ser entendido como uma construção social, política e cultural produzida nas relações sociais e de poder. Culturalmente falando, compreendemos que negros e brancos podem ter percepções de mundo diferentes a partir da forma como foram educados e, também da maneira em que se dá seu exercício de socialização, estas diferenças podem nos levar a enxergar o outro conforme as nossas subjetividades, o que sucinta a hierarquização das classificações sociais, raciais, de gênero, entre outras, de forma desigual.



Vista frontal de diversos alunos lendo livro enquanto estão sentados na parede de tijolos no corredor da escola



Comentário

Na contramão desta linha de pensamento, os militantes e intelectuais que fazem uso do termo “etnia” consideram que o seu uso reduza a percepção determinista biológica provocado pela expressão “raça”.

Por outro lado, os nazistas consideravam-se diferentes dos demais povos tanto no aspecto cultural quanto nas características físicas e religiosas. Consideravam-se seres superiores por serem brancos e arianos. Com todo o horror provocado pelo nazismo durante a Segunda Guerra, houve uma reorganização das nações do mundo e, nesta nova ordem, o racismo e a ideia de raça no sentido biológico, considerado inaceitável, associou o termo “etnia” as diferenças dos povos judeus, indígenas, negros, entre outros.

A escola tem papel importante na transformação do pensamento sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Atualmente, além da lei 10.639/03 e das diretrizes estabelecidas para a educação, existe uma produção acadêmica mais consistente com o conteúdo elaborado incorporado como fonte de pesquisa. Veja a seguir como a relação entre os segmentos e a ação dos agentes educadores influencia na transformação:

Segmentos

O diálogo entre as escolas, as secretarias de educação e os grupos culturais, juvenis, as entidades do Movimento Negro, ONGs e os núcleos de Estudos Afro-Brasileiros facilitam os processos de construção e implementação de práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial, sobretudo para reforçar a questão da identidade de cada membro da comunidade escolar. Este cenário de entendimento de forma respeitosa e digna entre os segmentos, também é pensado como uma forma de superação do racismo.

Educadores

Os professores na condição de educadores têm a função de construir práticas e estratégias pedagógicas que estimulem a igualdade racial nas salas de aula. O acesso à cultura indígena, africana e afro-brasileira oferecem a eles o suporte necessário para o combate à discriminação racial e para se colocar em prática as ações afirmativas voltadas para o negro e o indígena com o objetivo de superar e romper com o mito da democracia racial.

Ainda que tenhamos trazido como temas: as sociedades indígenas, as relações sociais, a sociedade escravocrata e as religiões africanas, aliás, assuntos relevantes para a fundação das Ciências Sociais, somente nos últimos anos é que a questão ético-política alcançou mais visibilidade para a sociedade e associações científicas.

A distinção crítica das relações étnico-raciais no Brasil

Neste vídeo, veremos o fundamento da Lei nº 10.639/2003, bem como as questões relacionadas à definição de racismo e antirracismo.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Fala, mestre!

O vídeo discute o julgamento das cotas raciais, destacando que foi um evento marcante. Confira!



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

O racismo e o antirracismo

Neste vídeo, veremos, por meio dos estudos do teórico Silvio de Almeida, o conceito de racismo estrutural e como ele se desenvolve no Brasil.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

No Brasil, jovens negros e pardos são as maiores vítimas de mortes causadas por violência ou enfrentamento policial. A maioria é oriunda de favelas e periferias.

As reportagens nos jornais são unânimes em apontar que a falta de políticas públicas com foco nessa geração, somada às operações policiais com base na repressão e não na preservação da vida, acabam sendo as grandes causadoras desse número alto. Estudos apontam que 77% das mortes de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos no Brasil sejam de negros.



Protesto na cidade de Kansas, EUA

Se você chegou até o fim desse texto, já sabe que é praticamente impossível não associar esses fatos a questão do racismo. Como foi possível observar até aqui, o racismo não é um fato recente.

Desde o Brasil Colônia que indígenas e negros foram vistos como seres inferiores. Os negros sequer ganharam o status de humanos.

Eles eram coisas, bens de seus senhores que podiam ser negociados. Ambas etnias nunca tiveram suas culturas e identidades reconhecidas, e quando não aniquiladas totalmente, foram obrigados a aceitar um novo deus, uma nova língua e a viverem dominados.

Conquistas importantes dos movimentos afro-brasileiros provocaram mudanças na sociedade.

Criminalização

A partir da Lei nº 7.716/1989, o racismo virou crime. Como explica a lei, racismo implica conduta discriminatória dirigida a determinado grupo ou coletividade. O Ministério Público tem legitimidade para processar o racista.



Autonomia

A lei tem autonomia para atuar em várias situações, como por exemplo, pessoas negras que eram impedidas de ter acesso a estabelecimento comercial ou residencial pelas entradas sociais. Não se pode mais “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Prevista no artigo 140, Parágrafo 3, do Código Penal, a injúria racial ofende a honra de alguém, valendo-se para isso de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem.



São Paulo, SP / Brasil – 07 de junho de 2020

No decorrer da história, negros têm lutado para que sua cultura e sua identidade fossem respeitadas no mundo todo. Nos Estados Unidos, país que também carrega o fardo inglório da escravidão, a prática foi

abolida, porém o racismo segue escancarado. A segregação oficial chegou a determinar por lei quais os assentos que brancos e negros deveriam ocupar nos transportes públicos conforme a cor da pele.

No Brasil, a questão nunca foi aparente, diferentemente do modelo americano, declarada de forma evidente. Se os negros americanos, mesmo aqueles que fazem parte da classe média, manifestam-se quando a própria representatividade é desqualificada ou questionada, parte dos negros brasileiros, em situação semelhante, dificilmente se pronuncia e, quando isso acontece, aqueles que o fazem são reprimidos. Afinal, não há racismo no Brasil e todos são iguais. Esse, infelizmente, é o pensamento de uma imensa maioria que não reconhece as dificuldades que a comunidade negra enfrenta todos os dias.



Escritório das Nações Unidas em Genebra, Suíça

A Assembleia das Nações Unidas declarou a Década Internacional de Povos Afrodescendentes (2015-2024).

Nesta declaração há uma recomendação que os países previnam e punam as violações dos direitos humanos que afetem os negros, incluindo, inclusive, os agentes do Estado.

O documento coloca como estratégico o desenvolvimento de ações que reconheçam os povos e facilitem o acesso deles à justiça, intensificando a prática de políticas de

proteção social, prevenção, acolhimento e reparação.



Saiba mais

Em matéria publicada pela revista Exame em 13 de novembro de 2019, a população negra morre 2,7 vezes mais do que a branca, sendo a principal vítima de homicídio no Brasil. O dado é do informativo: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil e foi divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

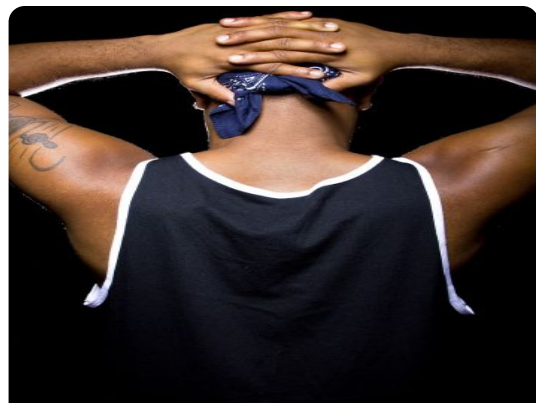
Ainda de acordo com o Instituto, enquanto a violência contra pessoas brancas se mantém estável, o índice de homicídios de pretos e pardos cresceu em todas as faixas etárias. O período analisado foi de 2012 a 2017 e o aumento por 100 mil habitantes da população preta e parda chegou a 43,4 contra 37,2 anteriormente e 16 da população branca.

Foram registradas ainda, segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 255 mil mortes de pessoas negras por assassinato no período analisado.

Os números são ainda mais impactantes se considerarmos apenas a população jovem nesta pesquisa. Entre os brancos de 15 a 29 anos, a taxa ficou em 34 para cada 100 mil habitantes em 2017, segundo os dados da DataSus.

Já entre pretos e pardos o número chega a 98,5 assassinatos a cada 100 mil habitantes, e na mesma faixa etária a taxa de homicídio sobre para 185. As jovens mulheres negras também acompanham estes índices de mortes.

Enquanto a taxa de jovens brancas é de 5,2, as pretas e pardas chegam a 10,1.



Jovem negro

Nos anos 1970 e 1980, os núcleos jurídicos de atenção a vítimas de preconceito foram criados, instituídos e neste mesmo período se transformaram em mecanismos contundentes no combate ao racismo. Em 2000, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e em parceria com o Ministério da Justiça, inaugurou o Centro de Referência Nazareth Cerqueira contra o Racismo e o Antissemitismo. Entenda:

1

Projeto

Consistia na criação de um canal permanente de diálogo entre as polícias, os ativistas e os pesquisadores.

2

Objetivo

Visava, dentro da temática racial, a maior conscientização do sistema jurídico-policial no combate ao racismo e à intolerância racial.

3

Resultado

Surgiu o Disque-Racismo, estabelecendo a possibilidade da população vítima da discriminação receber permanentemente atendimento jurídico, social e psicológico financiado com recursos públicos.

Dessa forma, podemos concluir que as demandas dos movimentos negros passam por questões ligadas à diminuição da violência, ao fim do racismo e à inserção de negros em universidades e mercado de trabalho. Isso acionou uma política de reparação, como foi a política de cotas raciais. Ultimamente, o movimento negro incorporou em sua agenda questões ligadas à intolerância religiosa, ao feminismo e aos direitos LGBT para a população negra.

Mais importante do que repudiar o racismo é ser antirracista.

Essa é a tônica dos movimentos dos anos 2020. A filósofa e ativista negra Angela Davis é uma encarregada de disseminar esses conceitos nas redes sociais.



Angela Davis

“Eu não sou racista. Tenho até amigos negros”. Essa é a pior declaração que alguém pode ouvir ou relatar atualmente. Ela demonstra claramente a fala racista e preconceituosa, herança, como vimos até aqui do

Período Colonial. O antirracismo vem como uma importante ideologia política de oposição ao racismo, mas que ultrapassa apenas a simples indignação. Ela envolve uma prática. O que você tem feito em torno do debate racial? O que você tem feito para acabar com o racismo no seu microcosmos? Aí sim você estará sendo antirracista.

Fala, mestre!

O vídeo aborda a questão da desigualdade social e racial no Brasil, especialmente nas periferias do Rio de Janeiro. O conteúdo destaca como a ausência do Estado e a falta de direitos básicos enfraquecem as comunidades pobres. Assista agora!

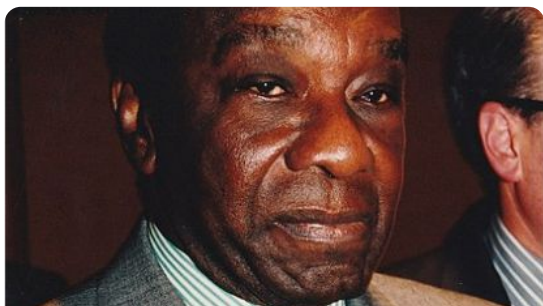


Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Pensando o povo brasileiro

Vamos explorar diferentes perspectivas sobre a identidade nacional brasileira por meio das obras de três importantes pensadores contemporâneos. Confira!



Milton Santos

O autor interpretou o Brasil e sua identidade nacional, destacando, em suas análises, a diversidade geográfica e social do país.



Djamila Ribeiro

As reflexões da autora abordam a identidade nacional mediante a crises de gênero e raça.



Ailton Krenak

As críticas e os novos olhares propostos pelo autor se voltam à identidade brasileira.

Trata-se de valiosas abordagens que nos ajudarão a compreender as complexidades e as transformações da identidade nacional brasileira. Vamos lá!

1

Abordagem geográfica e social

Em suas obras, Milton Santos destaca a diversidade geográfica, cultural e social do país, argumentando que ela é uma característica fundamental da identidade brasileira. Santos enfatiza a importância de valorizar e promover essa diversidade, em vez de tentar impor uma única narrativa ou identidade nacional. Ele também destaca a desigualdade espacial e social como um desafio central para a construção de uma identidade nacional mais inclusiva e justa.

2

Perspectiva feminista e antirracista

Em suas análises, Djamila Ribeiro destaca as interseções entre gênero, raça e classe, argumentando que a identidade brasileira é marcada por crises nessas áreas. Ribeiro critica a ideia de uma identidade nacional homogênea e patriarcal, argumentando que é necessário reconhecer e confrontar as desigualdades e injustiças que afetam principalmente mulheres e pessoas negras no Brasil. Sua obra convida a uma reflexão sobre como construir uma identidade nacional mais inclusiva e igualitária, que leve em conta as múltiplas experiências e perspectivas presentes na sociedade brasileira.

3

Crítica profunda à noção tradicional de identidade nacional

Em seus escritos, Ailton Krenak questiona a ideia de uma identidade brasileira fixa e estável, argumentando que essa concepção ignora as histórias e culturas dos povos indígenas e tradicionais que habitam o território brasileiro há milhares de anos. Krenak defende uma abordagem mais fluida e plural para pensar a identidade brasileira, que reconheça e valorize a diversidade cultural e étnica do país. Ele também chama a atenção para a urgência de proteger o meio ambiente e os territórios indígenas, que são fundamentais para a preservação da identidade brasileira e para a sobrevivência de toda a humanidade.

As reflexões de Milton Santos, Djamila Ribeiro e Ailton Krenak oferecem perspectivas complementares e profundas sobre a identidade nacional brasileira. Enquanto Santos destaca a diversidade geográfica e social do país, Ribeiro problematiza as crises de gênero e raça que permeiam essa identidade, e Krenak propõe uma crítica radical à noção tradicional de identidade nacional.

Juntos, esses teóricos nos convidam a repensar e reconstruir a identidade brasileira de maneira mais inclusiva, justa e sustentável. Suas análises nos desafiam a confrontar as desigualdades e injustiças que ainda persistem na sociedade brasileira e a trabalhar em prol de um futuro mais igualitário e diverso.

Vamos agora pensar o Brasil por meio da poesia! Aqui estão 10 poetas brasileiros que tratam da identidade nacional de diversas perspectivas!

Ferreira Gullar

Autor da poesia concreta e engajada, suas obras refletem sobre a identidade nacional, especialmente em relação às questões sociais e políticas.



Conceição Evaristo

Poetisa negra, suas obras abordam a experiência da mulher negra na sociedade brasileira, explorando temas como racismo, ancestralidade e resistência.



Manoel de Barros

Poeta do Pantanal, sua poesia se conecta com a natureza e a cultura regional, refletindo sobre a identidade do Centro-Oeste brasileiro.



Oswald de Andrade

Um dos principais representantes do Modernismo brasileiro, sua obra *Manifesto antropófago* reflete sobre a identidade nacional a partir de uma perspectiva de fusão cultural.



Cora Coralina

Poetisa goiana, suas obras retratam a vida simples e as tradições do interior do Brasil, contribuindo para a construção da identidade do Centro-Oeste.



Adélia Prado

Autora mineira, suas poesias exploram temas como fé, amor e cotidiano, oferecendo uma visão íntima e autêntica da identidade brasileira.



João Cabral de Melo Neto

Poeta pernambucano, sua poesia é marcada pela precisão formal e pela representação das paisagens e do povo nordestino.



Mário de Andrade

Escritor paulista, sua poesia e prosa exploram a diversidade cultural do Brasil, especialmente por meio do Movimento Modernista.



Hilda Hilst

Poetisa paulista, sua obra aborda temas existenciais e metafísicos, refletindo sobre a identidade brasileira sob uma perspectiva mais universal.



Eliane Potiguara

Escritora e ativista indígena, sua poesia aborda temas como a resistência dos povos originários, a preservação ambiental e a luta pela justiça social.



Os poetas brasileiros representam diferentes regiões, etnias, gêneros e perspectivas sobre a identidade nacional, contribuindo para uma compreensão mais ampla e diversificada do país.

Vamos pensar sobre tudo o que vimos

Neste vídeo, confira o resumo de tudo o que vimos e sua importância no Enade.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Verificando o aprendizado

Questão 1

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da lei 10.639/2003, que alterou a lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2005.)

A alteração legal no Brasil contemporâneo descrita no texto é resultado do processo de:

A

Aumento na renda nacional

B

Mobilização do movimento negro

C

Melhoria na infraestrutura escolar

D

Ampliação das disciplinas obrigatórias

E

Conscientização da população e demanda da sociedade



A alternativa B está correta.

Foram os movimentos civis negros que conseguiram trazer para o debate todas as demandas sobre direitos que até então não figuravam nas pautas sociais e políticas do país.

Questão 2

(CEPERJ 2008) Prefeitura de Angra dos Reis – Adaptado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental destacam que é preciso reverter o quadro de discriminação e exclusão existente no interior das escolas, originado pelo racismo, sexismo e preconceitos originados por situações socioeconômicas, regionais, culturais e étnicas.

Sendo assim, ao definir suas propostas pedagógicas, as escolas deverão explicitar, dentre outros aspectos:

A

O reconhecimento da identidade pessoal de alunos e professores conforme estabelecido pela Lei 10.639/2003.

B

Um código de conduta para toda a comunidade escolar.

C

Estratégias traçadas para minimizar as dificuldades econômicas da comunidade.

D

Os limites precisos da atuação de cada profissional que atua na escola.

E

As diretrizes pedagógicas adotadas por cada unidade escolar.



A alternativa A está correta.

Conforme vimos na leitura do módulo, a Lei nº 10.639/2003 estabeleceu que o ensino das relações étnico-raciais deverá, a partir dos conteúdos lecionados, reforçar a identidade de cada pessoa que faça parte do processo educativo.

Considerações finais

A frase, transformada em meme e compartilhada nas redes sociais, normalmente em tom irônico, “o Brasil não é para amadores” nunca fez tanto sentido como agora. Nesse passeio que fizemos sobre fatos da história do Brasil, fica claro o quanto nosso povo sofreu e continua sofrendo para que suas identidades e diversidades culturais fossem aceitas nesse grande caldeirão de culturas, línguas, estilos e povos, que é o Brasil.

Desde cedo, os dirigentes desse país tentaram, na base do jeitinho, inclui-lo na rota da civilização. No entanto, ao contrário de enaltecer as diferenças e retirar o que há de mais positivo no contato com as diferentes culturas, branquear a sociedade brasileira acabou sendo a pior solução e a que mais problemas trouxe para negros e indígena em nosso território.

A sorte é que o Brasil é muito mais do que isso e com jeitinho que aprendeu na cadência do samba, na cordialidade do seu povo que recebe a todos com o coração, que ama festa, praia e futebol, vamos driblando as diversidades, reconhecendo direitos, brigando pela Educação e inclusão para negros e indígena, os quais vão se empoderando e lutando para fazer valer seus direitos e reconhecer suas identidades. Estamos longe da perfeição, mas nesse caminho longo que é a luta pelos direitos fundamentais a todos os brasileiros, de atalho em atalho, e por meio do conhecimento, vamos mudar essas ideias que um dia serão apenas história transformada.

Podcast

Neste podcast, serão discutidos os principais assuntos que você estudou.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para ouvir o áudio.

Fala, mestre!

Nesse espaço, complementamos o que vimos até aqui.

A construção da identidade cultural negra no Brasil



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Qual a função do Direito para o desenvolvimento social?



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Explore +

Para saber mais sobre os assuntos explorados neste tema, assista a:

- **Carlota Joaquina — Princesa do Brasil**, direção Carla Camurati, 1994. Fonte: FilmowUm painel da vida de Carlota Joaquina, a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre mostrou disposição para seus amantes e pelo poder. Sentiu-se contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil, tendo uma grande sensação de alívio depois que foi embora.
- **Macunaíma**, direção Joaquim Pedro de Andrade, 1969. Fonte: FilmowMacunaíma é um herói preguiçoso, safado e sem nenhum caráter. Ele nasceu na selva e, de preto, virou branco. Depois de adulto, ele deixa o sertão em companhia dos irmãos. Macunaíma vive várias aventuras na cidade, conhecendo e amando guerrilheiras e prostitutas, enfrentando vilões milionários, policiais, personagens de todos os matizes. Depois dessa longa e tumultuada aventura urbana, ele volta à selva, onde desaparecerá como viveu – antropofagicamente.
- **Guerra do Brasil.doc**, direção Luiz Bolognesi, 2018. Fonte: Curta!Se você gosta de séries não pode perder os episódios de Guerra do Brasil.doc. Série documental em episódios, disponibilizados no YouTube e Netflix, que aborda em seu primeiro episódio as guerras travadas entre os invasores europeus e a população indígena que habitava nossas terras. São guerras que começaram em 1500 e perduram até os dias de hoje.
- **Desmundo**, direção Alan Fresnot, 2003. Fonte: YoutubeO filme é ambientado em 1570, época em que os portugueses enviavam órfãos ao Brasil para que se casassem com os colonizadores. A tentativa era minimizar o nascimento dos filhos com as índias e que os portugueses tivessem casamentos brancos e cristãos. Oribela, uma dessas jovens, é obrigada a casar com Francisco de Albuquerque.
- **Quilombo**, direção Carlos Diegues, 1984. Fonte: YoutubeEm torno de 1650, um grupo de escravos se rebela num engenho de Pernambuco e rumo ao Quilombo dos Palmares, onde uma nação de ex-escravos fugidos resiste ao cerco colonial. Entre eles está Ganga Zumba, príncipe africano e futuro líder de Palmares, durante muitos anos, que contestará as ideias conciliatórias de Ganga Zumba, enfrentando o maior exército jamais visto na história colonial brasileira.
- **O Lado Negro do Chocolate**, direção Miki Mistrati, 2010. Fonte: YoutubeVocê acredita que o trabalho escravo existe até hoje? É o que nos mostra esse documentário do jornalista dinamarquês Miki Mistrati, que denuncia o trabalho escravo infantil por trás das plantações de cacau na Costa do Marfim. Com câmeras escondidas, ele mostra os pontos de tráfico de crianças na África e as plantações nas quais as crianças são forçadas a trabalhar.
- **Panteras Negras – Todo poder ao povo**, direção Lee Lew-Lee, 1996. Fonte: FilmowO documentário foi concebido após as revoltas negras de Los Angeles, ocorridas em 1992, quanto a impunidade da violência policial sobre o povo negro gerou quatro dias de levante massivo, com mais de 7 mil imóveis incendiados e 53 mortos. Enquanto a TV anunciava os estragos de mais de um bilhão de dólares, o documentarista Lee Lew-Lee decidiu se perguntar qual foi o verdadeiro dano histórico que provocou aquela explosão. O resultado é o resgate audiovisual de uma experiência profundamente consistente de organização e luta negra.
- **Sou escrava**, direção Gabriel Range, 2010. Fonte: AdorocinemaConta a trajetória de uma criança raptada e feita de escrava, após a invasão de um grupo armado num vilarejo da África. O filme foi feito para a Tv britânica.

Referências

ALMEIDA, Regina Celestino de. **O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco.** *In: Os índios na História do Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28.

CALDAS, Waldenyr. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura.** Rio de Janeiro: Global, 1997.

DA REDAÇÃO. Veja. **Rio de Janeiro, a cidade mais feliz do mundo.** *In: Revista Veja*, 2009.

REVISTA CAPITAL ECONÔMICO. RJ: **Apenas 1 a cada 5 estudantes de medicina são negros.** *In: Capital Econômico*, 2019.

EXAME. IBGE: **População negra é principal vítima de homicídio no Brasil.** *In: Revista Exame*, 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

FURTADO, M.B.; SUCUPIRA, R.L.; ALVES, C.B. **Cultura, Identidade e Subjetividade quilombola.** Uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia e Sociedade.* Universidade de Brasília, 2014. 26(1), p. 106-115. *In: Scielo.*

LOPES, Luiz Roberto. **Cultura Brasileira. De 1808 ao pré-modernismo.** Porto Alegre: Universidade/RFRGS, 1995.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** São Paulo, Cia da Letras, 2006, p 437.

RICARDO, C. A. e RICARDO, F. P. (Ed.). **Povos indígenas no Brasil.** São Paulo, Instituto Socioambiental, 2011.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo. Brasiliense, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WITZEL, Nicollas. **Comunidades Quilombola tentam resistir ao avanço de grandes empreiteiras.** *Revista Época*, 2019.